



***BIOLOGIAS FEMINISTAS PARA UMA ESCOLA SEM MORDAÇA:
POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA DISCUTIR SEXO/GÊNERO NA
EDUCAÇÃO EM BIOLOGIA***

***BIOLOGÍAS FEMINISTAS PARA UNA ESCUELA SIN MORDAZA:
POSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA DISCUTIR SEXO/GÉNERO EN LA
EDUCACIÓN EN BIOLOGÍA***

***FEMINIST BIOLOGIES FOR A CENSORSHIP-FREE SCHOOL:
PEDAGOGICAL POSSIBILITIES FOR DISCUSSING SEX/GENDER IN
BIOLOGY EDUCATION***

Bruno Tavares¹

Fabiana Aparecida de Carvalho²

Mariana Brasil Ramos³

RESUMO

Este relato reflexivo-teórico destaca situações escolares marcadas por tentativas de censura a conteúdos sobre sexo/gênero. Essa situação é herança de movimentos reacionários no Brasil, como o Escola Sem Partido (ESP), que, com bases conservadoras e fundamentalistas religiosas, propagou a falsa ideia de neutralidade pedagógica e defesa da autonomia estudantil. Embora finalizado, sua ideologia persiste, expressando-se na tentativa de amordçar ações docentes por parte de pessoas conservadoras e reativas às discussões de sexo/gênero. No texto, narra-se a necessidade de desenvolver estratégias pedagógicas para lidar com as censuras antigênero na escola. Busca-se também defender a relevância das teorizações de biológicas feministas como base pedagógica no Ensino de Biologia. As biológicas feministas, como gancho pedagógico, forneceram conceitos para mobilizar discussões não deterministas sobre sexo/gênero, em especial, ao apresentar o

¹ Mestre e Doutorando em Educação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

² Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática. Professora do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil.

³ Doutora em Ciências (Ensino e História de Ciências da Terra). Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

tema intersexo em sala de aula, possibilitando a reflexão docente sobre dualismos natureza-cultura e o enfrentamento às narrativas conservadoras que embasam tentativas de censura.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Determinismo Biológico. Ideologia de gênero. Escola sem Partido.

RESUMEN

Este relato reflexivo-teórico destaca situaciones escolares marcadas por intentos de censura a contenidos sobre sexo/género. Esta situación es una herencia de movimientos reaccionarios en Brasil, como el Escola Sem Partido (ESP), que, con bases conservadoras y fundamentalistas religiosas, propagó la falsa idea de neutralidad pedagógica y defensa de la autonomía estudiantil. Aunque terminado, su ideología persiste, manifestándose en el intento de silenciar las acciones docentes por parte de personas conservadoras y reactivas a las discusiones sobre sexo/género. En el texto, se narra la necesidad de desarrollar estrategias pedagógicas para hacer frente a las censuras antigénero en la escuela. También se busca defender la relevancia de las teorías feministas en biología como base pedagógica en la enseñanza de biología. Las biólogías feministas, como recurso pedagógico, proporcionaron conceptos para movilizar discusiones no deterministas sobre sexo/género, especialmente al presentar el tema intersexo en el aula, lo que permite una reflexión docente sobre los dualismos naturaleza-cultura y el enfrentamiento a las narrativas conservadoras que sustentan los intentos de censura.

PALABRAS-CLAVE: Género. Determinismo Biológico. Ideología de género. Escuela Sin Partido.

ABSTRACT

This reflective-theoretical account highlights school situations marked by attempts to censor content related to sex/gender. This situation is a legacy of reactionary movements in Brazil, such as the Escola Sem Partido (ESP), which, rooted in conservative and religious fundamentalist bases, propagated the false idea of pedagogical neutrality and the defense of student autonomy. Although the movement has ended, its ideology persists, manifesting in attempts by conservative individuals to silence teaching efforts related to sex/gender discussions. The text discusses the need to develop pedagogical strategies to address anti-gender censorship in schools. It also seeks to defend the relevance of feminist biology theories as a pedagogical foundation in biology education. Feminist biologies, as a pedagogical tool, provided concepts to mobilize non-deterministic discussions on sex/gender, particularly by introducing the topic of intersex in the classroom, enabling teacher reflection on the nature-culture dualisms and countering the conservative narratives that underpin censorship attempts.

KEYWORDS: Gender. Biological Determinism. Gender Ideology. School Without Party.

* * *

[...] se vamos debater como (ou se) queremos "trazer a biologia de volta", então precisamos saber o que é que não queremos (determinismo genético forte, por exemplo). E, o mais importante, precisamos identificar que tipo de biologia queremos readmitir.

Lynda Birke

Introdução

O presente trabalho conforma um relato reflexivo-teórico que discute o Ensino de Biologia admitido na perspectiva da pluralidade e da diversidade sexual humana *versus* uma Biologia de tradição, ancorada em determinismos e ideologias excludentes.

Nossos trabalhos acadêmicos têm procurado pontuar a necessidade de “biologias” outras e de assunções biológicas que ousam-se dizer (democráticas, plurais, não hegemônicas), como também discutir noções agregadas ao controle do sexo/gênero e sexualidade. Interessa-nos colocar em evidência práticas pedagógicas e compreensões não vinculadas a um patriarcado escolar. A base de nosso estudo – as epistemologias feministas críticas, particularmente de biólogas feministas –, foca-se na problematização e na desconstrução de significados enrijecidos do biológico ou pelo que se espera ser parte de uma Biologia, construindo novas relações com essa área do conhecimento que desestabilizam a fixidez das compreensões dualistas e binárias sobre nossos corpos também nos territórios das educações científicas (Fabiana Carvalho, 2021; Bruno Tavares, 2022a; Bruno Tavares; Mariana Ramos; Adriana Mohr, 2021; 2024)⁴.

A discussão aqui apresentada deriva de situações ocorridas ao longo do ano de 2023, durante a vivência de um dos autores como professor de Biologia em uma escola de Ensino Médio, no município de São José, pertencente à Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Essas situações serviram de motor para algumas decisões tomadas pelo docente, bem como para as reflexões apresentadas neste artigo. Endossamos, considerando a especificidade do relato, que teoria e prática se retroalimentam em um constante processo de pensar as contingências escolares. E, no tocante a sexo/gênero e sexualidade, de considerar a visibilização das atuações na escola como exemplos para a consolidação de redes de apoio à docência, à Ciência, aos direitos humanos, às lutas LGBTQIAPN+, à emancipação feminina, à pluralidade das ideias e à liberdade de expressão.

Mecanismos antigênero foram incentivados, no Brasil, nas duas últimas décadas com o crescimento de movimentações conservadoras. O autodenominado movimento Escola Sem Partido (ESP) foi um marco na instituição de práticas de censura e vigilância aos professores (Richard Miskolci; Maximiliano Campana, 2017; Carvalho, 2024),

⁴ Para o uso de linguagem inclusiva, priorizamos mencionar o nome e o sobrenome de autoras/es; na segunda vez, após evidenciado o gênero, é mencionado apenas o sobrenome. Essa é uma postura que evidencia, principalmente, a autoria de mulheres, muitas vezes invisibilizadas na produção científica.

reforçando um imaginário persecutório em certas camadas da população brasileira reativas às conquistas e avanços nos direitos e discussões sobre corpo – gênero – sexualidade.

Pensando as contradições nas escolas, ou seja, a possibilidade de vivências progressistas, mas também o cerceamento de certos conteúdos e práticas, a pergunta que guia nossa reflexão é: *Como produzir práticas pedagógicas acerca de sexo/gênero na disciplina de Biologia em um contexto de censura antigênero?* Outras questões são consideradas nas discussões apresentadas: como esse contexto repressivo incide sobre os aspectos teórico-metodológicos desenvolvidos em aulas de Biologia? De que maneira as discussões sobre o Ensino de Biologia, as teorizações feministas e de gênero podem fornecer ferramentas para lidar com essas situações na escola? Que Biologias reforçam as narrativas conservadoras antigênero? E, para reafirmar as educações voltadas à justiça social, que Biologias podem ser mobilizadas no sentido de auxiliar discussões de sexo/gênero nesses contextos de censura?

Para evidenciar essa abordagem biológica mais pluralista, a qual denominamos de biologia feminista, destacamos as potencialidades dos estudos de feministas biólogas para a compreensão da temática intersexo em turmas do segundo ano do Ensino Médio e como contra-argumento aos pressupostos deterministas do ESP e dos dispositivos antigênero. Assim, a escrita que se segue também discorre sobre estar na escola e enfrentar as ondas reativas, estar na Universidade e se instrumentalizar teoricamente com debates pluralizados, estar na experiência docente e refletir sobre sua prática, especialmente a partir de movimentos pedagógicos estratégicos nos quais os referenciais de biólogas feministas possibilitam a problematização da temática e a produção de conhecimento docente.

É relevante destacar que os Estudos Feministas não estão isolados das pesquisas acadêmicas e também da formação docente; diversos pós-graduandos se apropriam desses referenciais para pensarem suas atuações e para discutirem fenômenos sociais e biológicos que necessitam da compreensão do gênero como uma analítica das relações sociais, das relações de saber e poder, dos processos de inscrição na linguagem, das expectativas para mulheres e homens (cisgêneros, transgêneros e não binários) (Carvalho, 2021; 2024).

Guiando-se pelos apontamentos desta apresentação, e confluindo com o objetivo do trabalho: refletir sobre a importância de biólogas feministas na construção de práticas pedagógicas de Biologia em contextos de censura antigênero, organizamos as discussões

nas seções que se seguem: (a) Escola Sem Partido, mecanismos antigênero e censura; (b) Biologias feministas na superação dos dualismos; (c) O chão da escola como motor reflexivo; (d) “Uma aula mais biológica mesmo!”, mas uma biologia bem feminista...; (e) Dualismos estratégicos: tratando aspectos anatomofisiológicos e sociais acerca de sexo/gênero; (f) Diversidades sexuais e de gênero como parte do arco-íris biossocial e (g) Algumas considerações.

Escola Sem Partido, mecanismos antigênero e censura

Nas últimas três décadas, as discussões referentes a sexo/gênero e sexualidade ganharam mais espaço no ambiente escolar, seja por orientações curriculares intencionais, apontadas em documentos educacionais e propostas de livros didáticos, seja de maneira menos formal, quando acionadas pelas necessidades e dúvidas dos estudantes ao lidarem com temas subjetivos e sociais referentes a esses assuntos (Guacira Louro, 2013; Mary Neide Figueiró, 2010; Carvalho, 2024). Esse cenário resulta de lutas empreendidas pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, em âmbito acadêmico e/ou nos movimentos sociais que, há muito, reivindicam os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e pessoas não cisheterossexuais.

Tal avanço gerou a ofensiva de grupos conservadores transnacionais (religiosos, políticos e econômicos), motivados por alegações de combate a uma suposta “ideologia de gênero” que seria responsável pela degradação moral e destruição da sociedade ocidental (Miskolci; Campana, 2017; Carvalho, 2024).

O termo “ideologia de gênero” passou a ser utilizado para se referir aos Estudos de Gênero e às Agendas Internacionais de Igualdade e Direitos Humanos de maneira pejorativa, evidenciando, sem embasamento científico, que haveria um suposto caráter ideológico e enganador por trás das teorizações feministas, de gênero e do movimento LGBTQIAPN+. Ademais, “as origens das ideias que sustentam a existência de uma ‘ideologia de gênero’ podem encontrar-se no seio da Igreja Católica, mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger [...]” (Miskolci; Campana, 2017, p. 726). Contudo, apesar da origem na igreja romana, a cruzada moral contra a “ideologia de gênero” também passou a ser empreendida por instituições evangélicas de caráter neopentecostal (Miskolci; Campana, 2017).

Interessante lembrar que o termo é utilizado inicialmente para designar exatamente o oposto do que se busca nesta empreitada conservadora: Evelyn Fox Keller (2006, p. 15,

grifos nossos), ao explicar o que buscava a teoria feminista, nos pontua que esta “pretendia facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o **papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização**”. Ou seja, a ideologia de gênero é encarada em sua função exata ideológica: a de perpetuar sistemas de opressão que não enxergamos, pois ideologicamente, nos regram sem que nos demos conta.

No contexto brasileiro, essa ofensiva antigênero materializou-se em diferentes frentes e bandeiras conservadoras, sendo o Escola Sem Partido (ESP), um de seus maiores difusores. O ESP foi proposto pelo advogado Miguel Nagib, em 2004, influenciado por movimentos semelhantes nos Estados Unidos e pela patrulha discursiva contrária ao pensamento crítico encabeçada, entre outras pessoas, por Olavo de Carvalho, astrólogo e influenciador do ex-presidente Jair Bolsonaro (Fabiana Carvalho; Alexandre Polizel, 2018; Regina Costa; Aida Silva, 2019).

Apesar de apregoar uma suposta neutralidade político-pedagógica, o ESP assentou-se em argumentos conservadores e fundamentalistas religiosos, objetivando denunciar o ensino de cunho ideológico considerado de esquerda por parte de professores considerados doutrinadores (Carvalho; Polizel, 2018; Ana Paula Beato-Canato; Paula Szundy, 2021).

Nesse contexto, o movimento mobilizou perseguições a professoras/es que abordam questões relacionadas à sexo/gênero e sexualidade, particularmente aquelas/es que discutem, em sala de aula, temas contundentes ou controversos, embasando-se nos Estudos Feministas (Melina Fraga; Ana Paula Souza, 2020; Beato-Canato; Szundy, 2021). Perspectivas freireanas e marxistas também foram atacadas pelo ESP, “numa distorção que opera pela leitura enviesada e superficial das bases e dos fundamentos dessas teorizações, [...] e categoriza a todos como doutrinação marxista, ideologia esquerdo-partidária e deterioração comunista dos valores morais” (Carvalho; Polizel, 2018, p. 603).

O ESP disseminou-se em 2014. De acordo com Costa e Silva (2019, p. 502),

[...] o cenário relacionado ao debate do Escola sem Partido teve um avanço quando o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, procurou Miguel Nagib para transformar os ideais do Movimento Escola sem Partido (MESP) em um projeto de lei, com o intuito de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e também alterar outros dispositivos, para inserir os seus princípios, estabelecendo os deveres do professor/a, no sentido de que ele/a deveria

respeitar o direito dos pais/mães de que seus/suas filhos/as recebam uma educação moral de acordo com suas convicções.

Ao longo das duas últimas décadas, vários projetos de leis municipais e estaduais foram elaborados com referência ao ESP (Carvalho; Polizel, 2018; Beato-Canato; Szundy, 2021). De acordo com Beato-Canato e Szundy (2021), alguns desses projetos, que visavam proibir discussões sobre gênero na escola, foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sendo considerados inconstitucionais justamente por tentarem instituir a censura aos conteúdos escolares.

Após sucessivas derrotas perante o STF, o ESP anunciou o fim de suas atividades e o encerramento das movimentações pelas redes sociais (Basilio, 2019). Nagib, entretanto, incentivou que as denúncias contra escolas e professores que discutam sexo/gênero e sexualidade fossem dirigidas ao Ministério da Educação (MEC), às diretorias dos núcleos estaduais e municipais de educação e a políticos que se elegeram com a bandeira de combate à “ideologia de gênero”. Esses políticos, por sua vez, continuam acionando as casas legislativas e o Ministério Público com acusações infundadas que cerceiam as atividades docentes e a liberdade de expressão nas escolas.

Apesar de sua inconstitucionalidade e de seu encerramento, o ESP foi eficaz para angariar adeptos, mobilizar pedagogias do ódio e instituir um processo de censura não-oficial, especialmente em postagens nas redes sociais que adensam, em algumas camadas da população brasileira, um imaginário falacioso de que as/os professoras/es são doutradoras/es. Soma-se a isso, o incentivo para que alunos e responsáveis patrulhem os conteúdos escolares e denunciem docentes caso esses tragam promovam debates que envolvem pluralismo de ideias e pensamento crítico em sala de aula.

Tendo em vista esse panorama, é preciso reiterar que o ESP continua se manifestando nas escolas brasileiras. No Estado de Santa Catarina, por exemplo, há vários relatos de perseguições a profissionais da educação. Tais educadoras são acusadas de promover “ideologia de gênero” e doutrinação esquerdo-partidária, muitas vezes, por somente cumprirem com os ordenamentos curriculares ou por discutirem questões como: transgeneridade, violência sexual e de gênero, corpo e sexualidade.

Em um desses casos, a orientadora pedagógica Juliana Andozio sofreu perseguição de pais, recebendo desde agressões verbais e ameaças até um processo administrativo que a culpabiliza por coordenar projetos sobre direitos humanos em uma escola da educação básica em Florianópolis (Portal Catarinas, 2023).

Em outro relato, um professor de Biologia de uma escola em Antônio Carlos (SC) teve a prova, aplicada como avaliação dos estudantes, utilizada por políticos ultraconservadores para criar alarde nas redes sociais; sua acusação: utilizar linguagem inclusiva de gênero ao escrever a palavra “alune” no cabeçalho de identificação da prova. A deputada estadual Ana Campagnolo (PSL) expôs a situação em suas redes sociais, usando o caso para acelerar a aprovação do Decreto nº 1.329/2021, que proíbe o uso da linguagem neutra nas escolas do estado (Portal Catarinas, 2021)⁵.

Levando em consideração as situações descritas acima, fica explícito que o ESP - como movimento e como censura - mobiliza tática de pânico moral, cujos métodos envolvem constante vigilância, coerção de docentes e manipulação da opinião pública com movimentação da base de apoio conservadora (Fraga; Souza, 2020; Carvalho; Polizel, 2018). Apesar disso, diversas resistências foram consolidadas por associações educacionais, a exemplo, o movimento denominado “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP) e o “projeto de Lei Escola Sem Mordaça” - idealizado pela deputada federal Talíria Petrone, em 2019 (Beato-Canato; Szundy, 2021).

Por outra via, as resistências a essas censuras, muitas vezes, surgem do próprio chão da escola. São docentes e estudantes articulados para o enfrentamento das perseguições e patrulhamentos do currículo e do pensamento crítico. Endossam essa resistência, a contribuição para formação docente realizada em universidades, coletivos, organizações, sobretudo, pautando que há possibilidades de realizar o enfrentamento com argumentações científicas e sólidas que evidenciam as contradições dos argumentos e a própria tentativa de censura. Visibilizar os exemplos dessas atuações docentes é importante para se consolidar redes de apoio e observatórios das práticas, exaltando que o enfrentamento aos mecanismos herdeiros do ESP e das frentes reativas a sexo/gênero e sexualidade nas escolas é possível e necessário.

Biologias feministas na superação dos dualismos

É válido ressaltar que, quando ocorrem de forma intencional e sistematizada, as discussões de sexo/gênero geralmente são alocadas/realizadas nas disciplinas de Ciências

⁵ A exemplo de Santa Catarina, outros estados e municípios brasileiros insistem em leis dessa natureza, como é o caso de Ibité, em Minas Gerais, que teve Lei contrária à linguagem neutra suspensa pelo STF. Apesar disso, decisão recente do STF mostrou-se frontalmente contra leis municipais e estaduais que visem cercear o direito de ensinar e aprender (CARTACAPITAL, 2024). Destaca-se que esse é um campo de disputas no país atualmente.

e de Biologia (Leandro Coelho; Luciana Campos, 2015). Sendo assim, as investidas contra as discussões de gênero e sexualidade, coordenadas a partir do ESP e da censura antigênero, acabam, muitas vezes, incidindo nos currículos dessas disciplinas. Para Marina Santos e Fabiana Carvalho (2019, p. 35),

[...] o ESP se alia às posições dogmáticas de grupos religiosos e acredita que discutir Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual nas escolas é uma maneira de incitar a vida sexual precoce de jovens. Torna-se preocupante a criação de impedimentos para se coibir professores/as das discussões sobre prevenção, sobre abusos e violências sexuais, sobre as identidades LGBT e sobre os racismos e as violências. O movimento visa restringir a Educação Sexual e a formação de princípios de valores, respeito e reconhecimento para com as pessoas diferentes, as identidades LGBT e as diversidades étnicas, culturais e sociais às concepções dos grupos familiares.

Essa interdição às discussões de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências e de Biologia é circunscrita às normas sociais. Nessa presunção, certas perspectivas biológicas, em especial as de cunho determinista e essencialista, não sofrem censura, mas, ao contrário, são reforçadas por discursos ultraconservadores mesmo na educação. Segundo Tamires Pereira e Jamil Sierra (2020), parece não haver propriamente uma repressão em curso, no sentido proibitivo estrito, mas uma regulação de quais abordagens são válidas para se tratar dos temas em questão. Ou seja, há uma inferência sobre o que pode ser dito, como deve ser dito e sobre quem está autorizado a dizer ou a explicar as compreensões sobre sexo/gênero e sexualidade.

Como consequência, há uma disputa de significados sobre “o biológico” no que se refere às discussões de sexo/gênero. Quando as normativas e as convenções são exaltadas ou justificadas para manutenção do “status quo”, da cisheterossexualidade, do discurso fisiológico, da dualidade sexo/gênero, do ideário reprodutivo, a determinação biológica dos corpos e do gênero é acionada como argumento de autoridade e único saber validado como verdadeiro. A nosso ver, essa é uma tentativa monolítica e simplista de se compreender o conhecimento biológico e de acessar modelos, explicações e representações muito complexas que descrevem a diversidade sexual humana com base na Biologia ou mesmo na Semiótica, na Sociologia, na Filosofia e na História.

Por outro lado, as perspectivas das “Biologias Feministas” se enunciam como possibilidades e respaldos na construção de práticas pedagógicas, pois, além de denunciar o caráter determinista e essencialista das biologias de tradição, do discurso fisiológico e

binário, mostram-se como outras perspectivas biológicas a tencionar os próprios determinismos (Carvalho, 2020; 2021; 2024; Tavares, 2022a).

As feministas biólogas possuem uma postura crítica aos dualismos (Marina Nucci, 2018), apontando como um recorte ideológico e conservador da Ciência frequentemente pode perpetuar estereótipos de gênero e negligenciar a confluência de fatores sociais e culturais nas conformações humanas.

Os dualismos se referem aos pares de conceitos em oposição ou a formas explicativas polarizadas que impõem uma relação de diferença excludente; esse é o caso da maior parte das abordagens de sexo/gênero nas quais o sexo é tomado como biológico e gênero como exclusivamente social (Anne Fausto-Sterling, 2020). Inúmeras pesquisas apontam os limites e equívocos dos dualismos nas discussões de gênero e sexualidade, dentre elas, a não problematização do chamado sexo biológico em sua complexidade de camadas orgânicas e, porque não dizer, de camadas discursivas (Maria Teresa Citeli, 2001; Fausto-Sterling, 2020), mas também uma postura de biofobia ou anti-Biologia (Mateus Oka; Carolina Laurenti, 2018), ou seja, uma negação em usar explicações biológicas.

Nesse contexto feminista, as práticas e teorias mobilizadas engendram constantes críticas aos dualismos e visões binárias que apartam sexo/gênero, biológico e social. Dito de outra maneira, os aspectos sociais estão corporificados em nossa carne (Fausto-Sterling, 2019); somos materialidade esigno - sexo/gênero e sexualidade constroem-se e se alimentam desses aspectos.

Além disso, a postura de colocar o par “natureza-cultura” em evidência parece ser importante para movimentos conservadores, os quais utilizam-se desse binarismo para sustentar suas alegações de que tudo o que pertence à ordem da natureza, sexo biológico, por exemplo, seria puro, e tudo tecido na ordem cultural, o gênero, as alterações corporais não normativas, seria impuro ou corruptível.

Sobre isso, Thiago Ranniery (2021, p. 488) afirma que:

Ataques morais ganharam novo fôlego sem precedentes com a agenda conservadora circulante nas políticas curriculares brasileiras. Uma quantidade numerosa de declarações explícita, sem pestanejar, uma espécie de ‘corrupção’ da natureza que a política de gênero e sexualidade, conformada por múltiplas formas de ativismos e da produção acadêmica, teria passado a promover nas escolas. Na tentativa de responder aos estudantes preocupados com esse avanço, comecei a sentir que a dificuldade não estava em aceitar a atribuição cultural e discursivamente atribuída ao gênero. Não sem alguma cautela de minha

parte, passei a suspeitar que o difícil reside no caráter da agenda moral assegurar a divisão natureza e cultura que persegue, mesmo que a contragosto, muitos dos usos de gênero e sexualidade que fazemos [...].

Sendo assim, parte da estratégia pedagógica construída passou por desestabilizar a divisão natureza-cultura, na medida em que discutimos, por meio do tema intersexo, o fato do sexo biológico ser construído cientificamente dentro de certo contexto político e social que necessariamente carrega as marcas desse próprio contexto (Laqueur, 2001; Fausto-Sterling, 2020; Judith Butler, 2018). Além disso, o reposicionamento estratégico dos conteúdos fez o papel de barramento diante das tentativas de fazer entrar em ação a “Escola da Mordada”.

Como espaço contraditório, na escola se decantam os saberes progressistas, mas também os saberes correlacionados ao ódio às diferenças. No contexto das disputas políticas e do controle discursivo, agentes como professores se tornam fiscais ideológicos e operam censuras não oficializadas, porém eficazes em termos de criar pânicos morais nos estudantes, colegas de profissão e familiares. Algumas dessas estratégias são discutidas a seguir.

O chão da escola como motor reflexivo

As reflexões teóricas presentes neste texto derivam de situações ocorridas ao longo de 2023, ano em que um de seus autores lecionou como professor de Biologia em uma escola estadual de Ensino Médio em São José (SC). O professor em questão é licenciado em Ciências Biológicas e está em início de carreira, possuindo três anos de atuação na educação básica. Junto disso, desenvolve pesquisa acadêmica com questões de gênero e sexualidade na Educação em Biologia, temáticas presentes em seu TCC, dissertação de mestrado e mais atualmente em sua tese.

Ressalta-se que as situações aqui descritas serviram de motor para as reflexões teóricas e estas, de certa forma, auxiliaram nas posições tomadas durante o ano. Em constante processo de pensar a atuação docente, teoria e prática se retroalimentam de modo que as contingências da escola possam fornecer poderosos substratos para reflexões como as que buscamos realizar.

Na escola em questão, as aulas de Biologia foram lecionadas para turmas de segundo e terceiro ano do Ensino Médio. As situações em análise ocorreram em um contexto escolar em que circulavam discursos fundamentalistas evangélicos,

conservadores e com postura de negação das discussões sobre sexo/gênero e sexualidade, sendo mobilizada uma retórica próxima do ESP, apregoando-se a busca por neutralidade na educação e o combate à “ideologia de gênero”.

A título de exemplificação, certa feita, surgiu uma discussão sobre sexo biológico em seres humanos, em que houve contraposição à perspectiva de que o sexo biológico é composto por um espectro de interações fisiológicas, químicas, neuronais, etc, como vinha sendo desenvolvido durante as aulas de Biologia. Os argumentos fundamentalistas reforçavam a ideia de que havia apenas dois sexos: masculino e feminino. De forma complementar, apregoava-se que as condições nomeadas de intersexo seriam anomalias ou desvios da norma binária masculino/feminino.

Essas falas circulantes no ambiente escolar foram utilizadas em sala, não no sentido de endossar o determinismo biológico que estabelece relação de diferença entre o normal e o patológico, mas para explicar, junto às/aos alunas/os, acerca da natureza inacabada do empreendimento científico, destacando que ele está sendo constantemente produzido, criticado, reavaliado. Nesse contexto contingente da Ciência, a ideia de sexo biológico humano não está fora dessa lógica, havendo estudos mais recentes que enfatizam o mosaico sexual (Fausto-Sterling, 2020) e que apresentam as condições intersexo como parte do amplo espectro sexual humano e não necessariamente ligadas à patologia (Ainsworth, 2015). Além disso, foi ressaltado que a própria definição do que é sexo biológico e do que é considerado intersexo é aspecto de disputa nas Biociências (Ainsworth, 2015; Fausto-Sterling, 2020), uma vez que as relações de poder, interesses e ideologias também entram nas dinâmicas da produção do conhecimento e são tensionadas mediante o controle de certos grupos.

Na semana seguinte a essa aula, levantaram-se questionamentos na escola sobre a necessidade/validade em trazer aspectos que parecem não ser consenso na área das Biociências para dentro da escola. Foi contra-argumentado que essas controvérsias são frutíferas para a abordagem de inúmeros conceitos científicos e para um maior entendimento da própria natureza da Ciência.

Apesar dessas colocações, ainda foi mencionado, como contraponto, um estudo realizado por Anne Fausto-Sterling e colaboradoras, as quais revisaram 50 anos (1950-2000) de pesquisas Biomédicas que relataram casos de intersexo, apresentando uma prevalência de intersexo próxima dos 1,7% de nascidos vivos (Fausto-Sterling, 2020). Frente a esses argumentos, os discursos fundamentalistas circulantes tentavam invalidar

esses conhecimentos, quando se afirmava que os estudos científicos podem ser forjados e que a verdade estava respaldada pela Bíblia.

De acordo com Karel Leal, Thaís Forato e Marcília Barcelos (2016), debates acalorados sobre o conflito entre Ciência e Religião podem configurar-se em um obstáculo para a perspectiva científica, uma vez que fundamentalismos adensam o pensamento de alunas/os e também de professoras/es. Muitas vezes, a disputa, a incompatibilidade de pensamento e o conflito de ideias pode ser ingênuo ou tendencioso. Entretanto, segundo autoras e autor, reforçar a prática do pensamento alienado pode contribuir para a perpetuação de mitos e estereótipos, fomentando visões pífias sobre a natureza da Ciência.

Esses discursos contribuíram para adensar o clima de vigilância no contexto escolar. E, essa prática de vigilância e denúncia sobre os conteúdos escolares, embora não legalizada por dispositivo jurídico e proibida constitucionalmente, funciona como uma estratégia discursiva de censura e policiamento. Essa tática foi bem disseminada pelo ESP e segue sendo uma tática de mordação, especialmente na imposição de deveres que todos as/os professoras/es devem cumprir para não abordarem temas contundentes em sala de aula (Carvalho; Polizel, 2018; Beato-Canato; Szundy, 2021).

Conforme Leal, Forato e Barcelos (2016),

[...] discussões sobre ciência e religião têm se exacerbado, acreditamos, em função dos diferentes contextos sociais, políticos e culturais nos quais vêm ocorrendo inúmeros conflitos religiosos, execuções sumárias e relações polêmicas da religião com a política, como as que têm sido noticiadas na grande mídia, tanto sobre o Brasil como em inúmeros outros países (p. 237).

Diante das dificuldades que vem se manifestando em sala de aula, é importante conduzir a preocupação de como articularemos a fundamentação teórica de nossas aulas e de como podemos conduzir debates biológicos plurais no ambiente escolar. Especialmente, porque situações de censura ou interpelação dos conteúdos, intervenções ou debates geraram um contexto de ansiedade na escola; exemplo destacado em nossa narrativa acerca da vigilância quanto às práticas docentes e às discussões com a turma em questão.

Para enfrentar esse quadro de policiamento e ansiedade, buscou-se (re)pensar as práticas pedagógicas em curso, levando em conta o cenário de regulação e tentativa de censura acerca dos temas de sexo/gênero. É a partir desse cenário que esboçamos nas

próximas seções alguns movimentos teórico-metodológicos empreendidos em sala de aula a fim de tratar o tema sexo/gênero e sexualidade nesse contexto de vigilância.

Esse movimento teórico-prático se guiou pela seguinte questão principal: *Como produzir práticas pedagógicas acerca de sexo/gênero na disciplina de Biologia em um contexto de censura antigênero?* E outras derivadas: Como esse contexto repressivo incide sobre os aspectos teórico-metodológicos desenvolvidos em sala de aula pelo docente? De que maneira as discussões do Ensino de Biologia, as teorizações feministas e de gênero podem fornecer ferramentas para lidar com essas situações na escola? Que Biologias podem ser mobilizadas no sentido de auxiliar discussões de sexo/gênero nesses contextos de censura? E, por outro lado, que Biologias reforçam as narrativas conservadoras antigênero?

“Uma aula mais biológica mesmo!”, mas uma biologia bem feminista...

A partir de uma entrevista com professores de Biologia, Neilton dos Reis e Lana Fonseca (2018) trouxeram discussões teóricas acerca de gênero e sexualidade na construção do currículo das disciplinas de Ciências e de Biologia. Uma das professoras entrevistadas relatou a tentativa de discutir sexualidade de maneira mais aberta e ouvindo os alunos, porém, o constrangimento devido às questões levantadas por eles, fez com que ela ministrasse “uma aula mais biológica mesmo”, de modo a apenas “ensinar os órgãos, ensinar a função” (Reis; Fonseca, 2018, p. 213).

A expressão “aula mais biológica mesmo” está em destaque para evidenciar que ela advém de um contexto que encara “o biológico” como algo restrito, conforme podemos depreender da fala da docente. No entanto, colocando a expressão sob suspeita e subvertendo essa lógica, defendemos ser possível fazer “uma aula mais biológica”, no sentido de se orientar de forma teórica e epistemológica a partir das Biologias feministas. Nosso enfoque, a partir daí, foi produzir discussões sobre sexo/gênero e sexualidade em aulas de Biologia.

“Uma aula bem biológica” não significa um retorno às Biologias de tradição, deterministas e essencialistas, conforme enfatizamos em trabalhos anteriores (Carvalho, 2021; Tavares, 2022a; 2022b; Tavares; Ramos; Mohr, 2021; 2024). A postura de defender um “retorno à biologia” nas discussões de sexo/gênero em sala de aula se configura como uma postura estratégica, levando em conta o contexto de vigilância conservadora. Para desestabilizar uma abordagem determinista biológica, é crucial trazer os pressupostos

biológicos que apontam as contradições e as incoerências desses discursos simplistas, sobretudo, para se problematizar com as/os estudantes os usos sociais da Biologia, do conhecimento científico, das diferentes epistemes e suas relações conceituais para a explicação científica dos fenômenos naturais e sociais.

Considerando esse pressuposto, apresentamos algumas potencialidades das Biologias feministas na abordagem de sexo/gênero como estratégia contra hegemônica e situada diante da censura antigênero. A primeira potência refere-se à desestabilização da divisão natureza-cultura; e a segunda se relaciona com a recontextualização das diversidades sexuais e de gênero na disciplina escolar de Biologia.

Dualismos estratégicos: tratando aspectos anatomofisiológicos e sociais acerca de sexo/gênero

Em uma perspectiva pós-dualista, a separação e oposição entre natureza e cultura são problematizadas e questionadas (Siobhan Mcmanus, 2021; Tavares, 2022a). Na temática de sexo/gênero, por exemplo, não há um corpo dito biológico separado do contexto social (Fausto-Sterling, 2020). Apesar disso, nossa linguagem e a forma de ver o mundo são fortemente condicionadas por dualismos (Evelyn Fox Keller, 2010; Donna Haraway, 2004).

Nesse contexto, parte do trabalho pedagógico desenvolvido na escola passou por tratar aspectos anatomofisiológicos e sociais como se fossem separados *a priori*, para, em seguida, problematizar essa separação a partir do tema sexo biológico/intersexo.

Uma alegação corriqueira nessa escola, dizia respeito à necessidade de uma educação supostamente neutra, e questionamentos eram feitos sobre o abandono dos conteúdos específicos da disciplina Biologia previstos curricularmente, em favor de assuntos considerados ideológicos, menos biológicos e mais ligados aos aspectos ditos sociais. Vemos nessa postura, justamente o reforço da divisão natureza/cultura – ao separar de forma estanque e superficial “conteúdos biológicos” e “aspectos sociais” – tão cara à retórica conservadora, como apontado por Ranniery (2021).

Visando contrapor essas afirmações e ainda mostrar a inseparabilidade entre aspectos anatomofisiológicos e sociais, foi utilizada nos planejamentos e no desenvolvimento das atividades pedagógicas a ideia de “gancho curricular” desenvolvida por Felipe Bastos (2015; 2019). Para o autor, o gancho curricular “[...] é um artifício válido, integrador de saberes e temas menos valorizados que podem encontrar espaços e

ganhar legitimidade no cotidiano escolar através das associações, dos ganchos” (Bastos, 2015, p. 146).

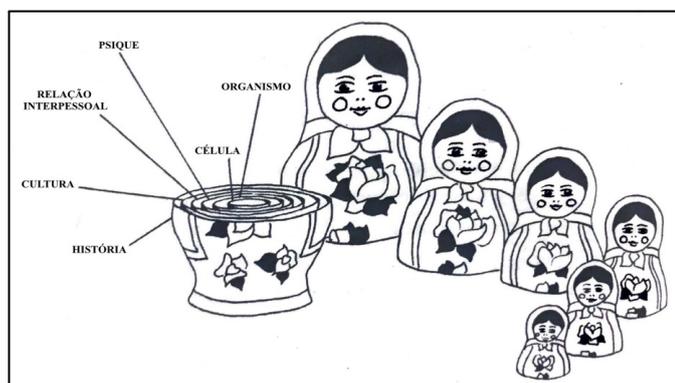
Nessa linha, houve o enganchar dos aspectos anatomofisiológicos do sexo biológico com discussões sociais ligadas à ciência e ao sexo/gênero; em outras palavras, usando das bases biológicas plurais, foi introduzida a temática intersexual. Para exemplificar esse movimento, a classificação das camadas do sexo biológico, no nível do organismo ao social, discutida por Fausto-Sterling (2012; 2020), foi apresentada. Esse modelo foi concebido pelo psicólogo John Money e seus colegas pesquisadores da Universidade Johns Hopkins, que estudaram pacientes intersexo (Fausto-Sterling, 2012).

Embora esse estudo tenha tido sucesso ao visibilizar a problemática intersexualidade com falhas e o próprio imperativo cisheteronormativo nas questões médicas sobre o corpo, é interessante destacar que o ESP e muitos dispositivos antigênero distorcem os estudos de Money e os relacionam a uma suposta ideologia de gênero (Tavares, 2022a).

Em sala de aula, foi apresentado o modelo de camadas, o conceito de sexo biológico como composto não apenas pela genitália externa, como a maioria das/os alunas/os compreendia, mas também formado pelos hormônios, cromossomos, gônadas e genitais internos (Fausto-Sterling, 2012; 2020; Claire Ainsworth, 2015; Carolina Barros; Máira Silva, 2023). Desse modo, pudemos vislumbrar, junto aos estudantes, que o sexo biológico é mais complexo de ser caracterizado do que muitas pessoas supõem.

De modo a expandir as discussões acerca das camadas que fazem parte do organismo e começar a problematizar a separação estanque entre anatomofisiologia e aspectos sociais, foi apresentada a analogia do sistema de bonecas russas, abordada por Fausto-Sterling (2020), a fim de evidenciar as várias camadas mais amplas, ligadas aos aspectos biológicos, culturais e históricos, conforme observamos na figura 1.

FIGURA 1: Sistema de bonecas russas representando o organismo e seu entorno.



Fonte: Imagem adaptada de Fausto-Sterling (2020, p. 266).

De acordo com a autora, as camadas são interdependentes, de modo que a cultura e história, tomadas como aspectos sociais, incidem sobre o organismo esse, por sua vez, afeta também o social. Fausto-Sterling (2019; 2020) utiliza o termo corporificação social para demonstrar que os aspectos considerados sociais são literalmente encarnados, modificando aspectos fisiológicos do corpo. Logo, esse modelo contribui para questionar os dualismos de natureza-cultura, como sexo/gênero, corpo biológico/corpo social, etc.

Para exemplificar essa questão, os estudos que apontam o decréscimo dos níveis de testosterona de homens cisgêneros que cuidam e vivem próximos de seus filhos (Heather Shattuck-Heidorn; Sarah Richardson, 2019) foram trazidos para sala de aula. Esse exemplo ilustra o que tem sido designado como “virada biossocial”, ou seja, demonstra que o corpo dito biológico e o corpo dito social não são estanques e separados, e que os hormônios, por exemplo, não se constituem como traços internos e imutáveis, mas são moléculas que respondem ao entorno do corpo.

Pode-se perceber que o sexo biológico é multicamadas e que essas camadas não são independentes das camadas sociais mais externas, havendo interdependência entre elas. A hipótese de corporificação social, que Fausto-Sterling (2020) levanta para tentar explicar a corporificação de sexo/gênero, ainda está em desenvolvimento, de modo que apresenta mais questionamentos do que fornece respostas mais diretas e simplistas. Tal hipótese, pensando na perspectiva do gancho curricular, pode ser utilizada para desestabilizar as separações tão rígidas e entre sexo/natureza e gênero/cultura, conforme estamos tentando evidenciar.

A desestabilização do dualismo natureza-cultura se configura, portanto, como um importante fator de desestabilização dos determinismos biológicos e sociais. E, na situação de contexto antigênero de base conservadora no qual as práticas foram desenvolvidas, essa problematização cumpria o papel de questionar frontalmente esses pressupostos dualistas conservadores que apregoam uma suposta corrupção da natureza humana pelas perspectivas de gênero (Ranniery, 2021).

Nesse sentido, as estratégias didáticas desenvolvidas focaram principalmente em questionar o determinismo biológico, uma vez que ele ainda persiste na sociedade (Citeli, 2001; Sandra Caponi, 2007) e de maneira mais específica nas escolas (Francisco Andrade, 2016). Vale ressaltar que o determinismo biológico sustenta narrativas conservadoras no que toca sexo/gênero (Pereira; Sierra, 2020; Carvalho, 2024).

Em suma, para desestabilizar uma aula supostamente apenas biológica, houve a construção de apoio com a apresentação de recortes teóricos das biólogas feministas – em

especial Anne Fausto-Sterling –, que usa da Biologia para produzir perspectivas situadas e de visibilidade intersexo a partir da própria Biologia. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (2021), para quem os feminismos são “o lugar onde me [...] nos situamos e nos encontramos com outras vozes e produções, são lupas para percebermos os limites das biologias de tradição e as insurgências de outras “bio-logias” possíveis” (p. 431). Além disso, as biologias feministas podem nos auxiliar nas estratégias didáticas na escola, especificamente tratando-se de contextos com certa vigilância conservadora e disputa do “biológico” quanto a discussões de sexo/gênero.

Tendo em vista que a agenda conservadora se embasa fortemente na separação natureza-cultura (Ranniery, 2021) e, que as feministas biólogas fornecem outras possibilidades de reflexão sobre sexo/gênero que problematizam essa separação, a utilização desses referenciais em sala pode auxiliar no desmonte das narrativas conservadoras e deterministas a partir do chão da escola.

Assim, endossamos questionamentos sobre o quanto a divisão natureza-cultura impacta na organização curricular das disciplinas de Ciências e de Biologia e nas demais disciplinas. Também, como conteúdos tradicionais das disciplinas de Ciências e de Biologia contextualizados dentro de uma organização menos deterministas, podem ser a chave para a reorganização de nossas práticas e para o uso de ganchos curriculares e temáticas que tragam Biologias engajadas na mudança social e na construção do respeito à diversidade.

Diversidades sexuais e de gênero como parte do arco-íris biossocial

As diversidades sexuais e de gênero muitas vezes são invisibilizadas nas aulas de Ciências e de Biologia ou mesmo abordadas em contexto patologizante (Coelho; Campos, 2015; Paula Ribeiro et al., 2016; Bastos, 2019). Nessa linha, discursos conservadores religiosos, como aqueles que estavam circulando na escola em tela, agem de acordo com essa perspectiva de patologização da diferença. Como enfrentamento dessa postura, faz-se necessário contextualizar as diversidades sexuais e de gênero como expressões da vida, próximo ao que Joan Roughgarden (2005) trata como um arco-íris de diversidades, apontando que o diverso está manifesto em outras espécies biológicas e não somente na humana.

Situar a diversidade na e da vida, principalmente em se tratando das condições intersexo as quais são comumente associadas ao viés patológico no Ensino de Ciências e

de Biologia, é uma maneira de superar o currículo tradicional de Ciências e Biologia, já que o mesmo “nega a existência intersexual de duas formas: a primeira, direta, por meio da ocultação desta possibilidade de vida; a segunda, indireta, ao reduzir a diversidade não-binária [...], apenas pelo viés patológico e de distúrbios dos corpos (Felipe Bastos; Marcelo Andrade, 2016, p. 62).

Não é rara a utilização de nomenclaturas como distúrbio ou anomalia para fazer referência às condições intersexo. Ao analisar livros didáticos de Biologia brasileiros e manuais escolares de Ciências Naturais portuguesas, Ribeiro e colaboradoras (2016) comentam que

[...] não é apresentada nestas obras a ambiguidade genital, ou seja, corpos ou sistemas urogenitais que rompem com o modelo da divisão sexual. Nas lições da Biologia escolar eles são apresentados no capítulo das aberrações e, em Portugal, apenas são apresentados anos depois quando se ensinam as anomalias genéticas (Ribeiro et al., 2016, p. 80, grifos nossos).

Considerando essas justificativas, o tema intersexo foi também desenvolvido na escola em questão como contraponto aos interditos circulantes no espaço escolar, particularmente quanto se traziam argumentos pautados no *status* de “anomalia” – palavra frequentemente utilizada na escola – para se referir às pessoas intersexo e justificar a concepção de que elas não deveriam ser tratadas como possibilidades do espectro sexual humano. Nesse ponto, foram apresentadas exemplificações das condições intersexo que as mostravam como parte da diversidade sem que, necessariamente, estivessem associadas à doença ou a anomalias.

Um exemplo percorrido foi o da corredora olímpica Maria Patiño, que possui insensibilidade androgênica e células com cromossomos XY, mas que não respondem usualmente à testosterona – e di-hidrotestosterona –, resultando na formação de um fenótipo lido como feminino, já que ela possui genitália externa feminina com seios e útero (Fausto-Sterling, 2020; Tavares, 2022b; Barros; Silva, 2023).

Em sala de aula, o ponto trazido à discussão fazia menção ao fato de que esse corpo, que mistura camadas do sexo consideradas masculinas (cromossomos XY, maior quantidade de testosterona) e femininas (genitália externa e interna), não representa uma condição patológica em si, mas sim contrapõe as nossas classificações marcadamente binárias, ao evidenciar que a não binaridade anatomofisiológica existe, mas sua inteligibilidade escapa aos modelos dualistas.

As alegações fundamentalistas que circundavam o ambiente escolar ainda reforçavam a patologização das dissidências sexuais. Essa estratégia está acordada com a agenda conservadora e fundamentalista religiosa defendida por ela e acionada pelos mecanismos antigênero. Assim,

[...] ao aproximar as experiências sexuais e de gêneros dissidentes de noções perigosas, como doença, desvios de comportamento e signo de morte ao sujeito da norma, o ultraconservadorismo e, em especial, o de cunho religioso, tem legitimado ataques violentos contra a possibilidade de uma vida mais vivível ao que difere da cisheteronormatividade (Pereira; Sierra, 2020, p. 41).

Para além de disputar “o biológico” em sala de aula, trazendo perspectivas de feministas biólogas em contraponto às deterministas conservadoras, o ato de discutir o tema intersexo mostra-se necessário por possibilitar a discussão “sobre os limites que demarcam a fronteira do que é considerado humano e digno de viver do que não o é” (Pereira; Sierra, 2020, p. 52). Assim, vislumbramos que o Ensino de Biologia, a partir do tema intersexo ou sexo biológico, é capaz de expandir o lugar das condições intersexo, da patologização à possibilidade de existência dentro do arco-íris do espectro de sexo/gênero humano.

Para abalar as lógicas desse contexto de censura antigênero, no qual muitas/os de nós estamos inseridas/os, foi necessário “engancha” as temáticas ligadas a sexo/gênero nos conteúdos tradicionais da disciplina de Biologia com o objetivo de dar legitimidade a tais discussões (Bastos, 2019). Nesse aspecto, ressaltamos a importância de utilizar a estratégia dos ganchos curriculares como meio para legitimar os conteúdos mais marginalizados no currículo de Ciências e de Biologia. Dessa maneira, foi possível uma instrumentalização da prática docente para lidar com discursos conservadores que também circulam nas escolas, usando a própria Biologia.

Algumas Considerações

Com este estudo, buscamos responder à pergunta: *Como produzir práticas pedagógicas acerca de sexo/gênero na disciplina de Biologia em um contexto de censura antigênero?* Assim, por meio das reflexões empreendidas, buscamos ressaltar que a resposta a essas ofensivas ultraconservadoras ligadas às heranças do ESP pode surgir do “chão da escola” e da produção de conhecimento com estudantes, possibilitando, sem

interdição do pensamento, a interação com outros modelos explicativos e conceitos que não estejam aprisionados em determinismos e ideologias excludentes.

Além disso, nossas reflexões aqui tecidas giraram em torno da questão: de que maneira as discussões sobre o Ensino de Biologia, as teorizações feministas e de gênero podem fornecer ferramentas para lidar com essas situações na escola? Nesse contexto, buscamos defender, a partir das reflexões e de aportes teóricos das biologias feministas na temática intersexo, a não censura e a pluralidade de ideias junto a alunos do Ensino Médio. Neste estudo, também demonstramos que a comunicação entre teoria e prática de sala de aula é uma forte aliada na construção de estratégias para lidar com certas posturas antigênero.

Em se tratando especificamente do Ensino de Biologia, o combate à tentativa de censura a partir de alegações ultraconservadoras passa pela disputa do “biólogo” no contexto de sala de aula. Isso porque, posturas conservadoras e fundamentalistas religiosas alinhadas ao ESP e a outras movimentações reativas partem de perspectivas deterministas biológicas. Para fazer frente a esses movimentos, não basta que denunciemos o determinismo, é preciso mobilizar outras perspectivas biológicas para discutir sexo/gênero.

Nesse trabalho, buscamos argumentar que as biologias feministas podem fornecer substrato para discutir aspectos anatomofisiológicos e sociais relativos ao sexo/gênero sem, contudo, recair em determinismos (biológicos ou sociais) e valorizando a importância da disciplina escolar Biologia na formação das/os estudantes. Além disso, parte da estratégia pedagógica desenvolvida visou problematizar e desestabilizar separações estanques entre natureza e cultura que sustentam certas narrativas conservadoras.

Por fim, é importante conceber o sexo biológico e seu entorno social não em separado, mas como um emaranhado biossocial, no qual as camadas do sexo biológico e aquelas consideradas culturais e históricas estão mutuamente implicadas.

Referências

AINSWORTH, Claire. Sex Redefined. *Nature*, v. 518, 2015.

ANDRADE, Francisco Leal. *Biologia e Gênero na Escola: um diálogo ainda marcado por reducionismo, determinismo e sexismo*. Curitiba: Appris, 2016.

BASILIO, Ana Luiza. Escola sem Partido anuncia o fim de suas atividades. *Carta Capital*. 19 de julho 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BASTOS, Felipe. “A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?”: Diversidade sexual e ensino de ciências. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação.

BASTOS, Felipe; ANDRADE, Marcelo. “Ser mulher não tem a ver com dois cromossomos X”: impactos da perspectiva feminista de gênero no ensino de ciências. *Revista Diversidade e Educação*, v.4, n.8, p. 56-64, 2016.

BASTOS, Felipe. “Eu fico meio sem saber como eu vou falar isso assim, do nada”: currículo, diversidade sexual e ensino de biologia. In: TEIXEIRA, Pedro Pinheiro; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessôa Campello (Org.). *Conteúdos cordiais: biologia humanizada para uma escola sem mordcha*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

BARROS, Carolina Moraes Martins de; SILVA, Maíra Batistoni e. Biológico e social andam juntos: como a genética pode nos ajudar a entender a complexidade da constituição de sexo/gênero. *Genética na Escola*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 7–14, 2023.

BEATO-CANATO, Ana Paula Marques; SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. Identidades de gênero em trajetórias textuais relacionadas ao Movimento Escola Sem Partido: que ideologias são refratadas sob o viés de uma pretensa neutralidade científica? *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, n. 2, p. 238-261, jun.-out., 2021.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

CAPONI, Sandra. Da herança à localização cerebral: sobre o determinismo biológico de condutas indesejadas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 343-352, 2007.

CARTACAPITAL. Moraes suspende leis que proíbem o uso de linguagem neutra em escolas e na administração pública. *Carta Capital*, São Paulo, 25 maio 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/moraes-suspende-leis-que-proibem-o-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas-e-na-administracao-publica/>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Sexos, sexualidades e gêneros: uma contribuição das teorizações feministas para a discussão dos limites das explicações e categorizações biológicas. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, v. 13, n. 1, p. 223-242, 2020.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Marcando passos, a(r)mando lutas o(s) feminismo(s) e outras “bio-logias” na compreensão dos gêneros e sexualidades. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, v. 14, n. 1, p. 427-452, 2021.

- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Gênero e conhecimento situado como bases analíticas no Ensino de Ciências. In: MAGALHÃES-JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira (Org.). *Análise de dados em Educação para a Ciência e a Matemática*. 1ed. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2024. p. 162-177.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz. O Escola Sem Partido e o discurso sobre uma suposta “ideologia de gênero”. *Inter-Ação*, v. 43, n. 2, p. 600-614, 2018.
- CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*, v.9, n. 2, p. 131-144, 2001.
- COELHO, Leandro Jorge; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.
- COSTA, Regina Rodrigues; SILVA, Aida Monteiro. Abordagens de gênero e sexualidade: um contraponto ao Escola Sem Partido. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 26, p. 499-512, mai./ago. 2019.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Sex/Gender: Biology in a Social World*. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Gender/Sex, Sexual Orientation, and Identity are in the Body: How Did They Get There? *The Journal of Sex Research*, p. 1-27, 2019.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. Nova Iorque: Basic Books, 2020.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3 ed. Londrina: Eduel, 2010.
- KELLER, E. F. Qual foi o Impacto do Feminismo na Ciência? *Cadernos Pagu*, 27, p. 13-34, 2006.
- KELLER, Evelyn Fox. *The mirage of a space between nature and nurture*. Duke University Press: Durham & London, 2010.
- FRAGA, Melina Costa Lima; SOUZA; Ana Paula Abrahamian de. Uma análise da produção discursiva genericada no “Escola Sem Partido”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 375-395, abr./jun. 2020.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22, p. 201-246, 2004.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001.

LEAL, Karel Pontes; FORATO, Thaís Cyrino de Mello; BARCELLOS, Marcília Elis. Ciência e religião em conflito na sala de aula: episódios históricos como propostas para a formação de professores. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 235-251, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MCMANUS, Siobhan Fenella Guerrero. Formas de (no) trascender la dicotomía Naturaleza-Cultura: Del aplanamiento ontológico a la despolitización de lo social. In: BARAHONA, Ana; LÓPEZ, Mario Casanueva; SILVA, Francisco Vergara. *Biofilosofías para el Antropoceno: La Teoría de construcción de nicho desde la filosofía de la biología y la bioética*. Editora Heúresis. 338 p. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*. v. 32, n.3, p. 725-748, 2017.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 26, v.1, 2018.

OKA; Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.27, n.1, p.238-251, 2018.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti; SIERRA, Jamil Cabral. Uma ficção biológico-conservadora: discursos de ódio contra as dissidências sexuais e de gênero e seus impactos na educação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 39-56, jan./abr. 2020.

PORTAL CATARINAS. “Preconceito camuflado”, diz professor denunciado por usar linguagem neutra em SC. 25 jun 2021. Disponível em: <<https://catarinas.info/preconceito-camuflado-diz-professor-denunciado-por-usar-linguagem-neutra-em-sc/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PORTAL CATARINAS. Grupo de pais e mães ameaça orientadora educacional em Florianópolis. 8 maio 2023. Disponível em: <<https://catarinas.info/grupo-de-pais-e-maes-ameaca-orientadora-educacional-em-florianopolis/>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

RANNIERY, Thiago. Gênero não tem cabimento, nem nunca terá: ensino de biologia e a relação natureza e cultura. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 18, n. 52, 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; VILAÇA, Teresa. O ensino de Biologia e suas articulações com as questões de corpos, gêneros e sexualidades. *Bio-grafia: escritos sobre la biología y su enseñanza*, v.9, p.77 - 86, 2016.

ROUGHGARDEN, Joan. *Evolução do gênero e da sexualidade*. Londrina: Editora Planta, 2005.

REIS, Neilton dos; FONSECA, Lana Cláudia de Souza. “Bem biológico mesmo”: tensões entre ensino de biologia, currículo e sexualidade. *Revista Educação e Emancipação*, v. 10, n. 4, p. 209–228, 2018.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. A política do movimento escola sem partido e seus impactos nos conteúdos de ciências e biologia na educação básica. *ReBECCEM*, Cascavel, (PR), v.3, n.3, p. 714-738, 2019.

SHATTUCK-HEIDORN, Heather; RICHARDSON, Sarah S. Sex/Gender and the Biosocial Turn. *The Scholar and Feminist Online*. v. 15, 2019. Disponível em: <<https://sfonline.barnard.edu/sex-gender-and-the-biosocial-turn/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TAVARES, Bruno; RAMOS, Mariana; MOHR, Adriana. Anne Fausto-Sterling e o espectro de sexo/gênero: Contribuições para a educação em ciências e biologia. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 410-426, 2021.

TAVARES, Bruno. *A biologia que não ousa dizer seu nome: olhares pós dualistas para pesquisas nos temas gênero e sexualidade na Educação em Ciências*, 2022a. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/240925/PECT0514-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em 06 mar. 2024.

TAVARES, Bruno. “Eu, intersexo...”: Reflexões sobre intersexualidade a partir da escrita de cartas. *Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 99–111, 2022b.

TAVARES, Bruno; RAMOS, Mariana Brasil; MOHR, Adriana. Repensando “o biológico” nas pesquisas em Educação em Ciências: contribuições de biologias feministas pós-dualistas. *Investigações em Ensino de Ciências*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 309–336, 2024. DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2024v29n2p309. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/3601>. Acesso em: 4 out. 2024.

Recebido em setembro de 2024.
Aprovado em outubro de 2024.